

Por uma comunidade de cidadãos lusófonos

Diplomata de carreira, Lauro Barbosa da Silva Moreira nasceu em 1940, em Anápolis (Goiás, Brasil), em 1940. Licenciado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, ingressou na carreira diplomática em 1965, ano em que integrou o COLESTE (Grupo de Coordenação com os Países Socialistas da Europa de Leste). Depois, serviu em postos diplomáticos como Buenos Aires, Genebra, Washington, Barcelona e Rabat – ainda no quadro do Ministério dos Negócios Estrangeiros, chefiou a Divisão de Difusão Cultural e o Departamento Cultural do Itamarati. Em 1997, foi nomeado presidente da Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil e da Comissão Executiva Bilateral Brasil/Portugal para as Comemorações do Descobrimento do Brasil. Em 2003 foi director da Agência Brasileira de Cooperação. Para além das suas actividades profissionais, Lauro Moreira é um militante activo de causas culturais e artísticas, dedicando-se, nomeadamente, às artes cénicas (actor, director e autor), ao cinema (documentarista) e à fotografia. Esta “inquietação cultural” ficou patente em todos os postos diplomáticos onde exerceu, realizando diversas acções de promoção da cultura brasileira, sobretudo artes, música e poesia. Criou o grupo Solo Brasil, com o qual apresenta o que há de mais representativo na música brasileira do século XX. Lançou «Mãos Dadas», um CD duplo onde interpreta poetas de todos os países de língua portuguesa, «Manuel Bandeira: o poeta em Botafogo», de quem é afilhado de casamento. Em 2001, o então presidente Jorge Sampaio agraciou-o com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique. Desde 2006 até ao início deste ano, foi o representante permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Personalidade de sólida cultura humana e lusófona e de verbo fácil, a PÁGINA foi tomar café com Lauro Moreira num fim de tarde alfacinha.

Alguns dias após receber a PÁGINA numa sala da Missão do Brasil, num 10.º andar da Avenida da Liberdade, e nas vésperas de deixar Portugal, Lauro Moreira foi homenageado na Academia das Ciências de Lisboa, tendo-lhe sido entregue por Adriano Moreira o prémio Personalidade Lusófona 2009, com que foi distinguido pelo Movimento Internacional Lusófono (ML).

Alusofonia é um tema sobre o qual tenho me debruçado já há longo tempo e tenho formulado para mim mesmo algumas concepções a respeito. É claro que para um leigo, lusofonia é muito fácil de definir – seria simplesmente o universo habitado por cidadãos que falam Português. Mas a lusofonia é muito mais, porque ela não se circunscreve ao espaço e ao universo dos falantes de Português. Alusofonia, muito mais do que um espaço, é um espírito que emerge de 500 anos de um convívio cuja matriz é Portugal, um convívio que acabou formando um património linguístico, cultural, histórico, e que teve um dia para começar, mas não tem para acabar. Alusofonia, portanto, é algo em construção, um fenómeno in fieri, algo que está ocorrendo. Isto é um tesouro que não se esgota de uma hora pra outra e tão pouco se pode formar de um dia pro outro. É fruto de um contacto e de um diálogo intercultural. Não é uma imposição de um lado sobre o outro; não é, sequer, diálogo multicultural, em que se respeitam as culturas autóctones. Não, é realmente intercultural! Houve uma troca, a partir justamente do primeiro dialogante, daquele que propõe o diálogo, que foi Portugal, a partir do momento em que inicia as colonizações. Então, por exemplo, o Brasil foi português durante 322 anos (1500 a 1822). A partir daí, é um caso muito especial: Brasil se torna independente, mas uma independência feita por um príncipe português herdeiro da coroa de Portugal, o que é uma coisa sui generis...

E um traço identitário...

A sensação clara que tenho é de que estamos falando de algo que não é superficial, que não ocupa um lugar no tempo, lá atrás, mas que permanece e continua. Com momentos de mais aproximação e de maior afastamento, com altos e baixos, com momentos mais felizes e bastante infelizes, com virtudes muito grandes e com defeitos sérios, mas característicos da época – Portugal manteve o Brasil um pouco na idade das trevas durante muito tempo, porque era uma maneira de se assegurar melhor daqueles territórios e segurar melhor aquele território, claro. As comunicações entre as capitânias, eram proibidas – cada donatário só podia ter contacto com a coroa, em Lisboa; a primeira universidade da América Latina, se não me engano, é a de Lima, no Peru (1526) – a primeira do Brasil é de 1922; não se promovia o ensino absolutamente público – quem se encarregava da educação eram os jesuítas; e a partir do momento em que Pombal os expulsou, o Brasil passa a ser um território sem acesso a qualquer tipo de conhecimento – as pessoas que queriam continuar os seus estudos só podiam vir para Coimbra... Estou apontando aspectos menos positivos, mas existe um que é de tal modo positivo que eu não trocaria por nada, que é justamente o maior tesouro que nós temos hoje, a meu ver o nosso grande capital – é que o Brasil foi feito através de uma profunda miscigenação, e Portugal foi quem promoveu essa mistura. Não nos esqueçamos que Portugal era um país extremamente misturado – Lisboa era uma esquina, um carrefour de raças e etnias, de religiões, de tudo. O Norte de África tinha uma presença muito forte e, a partir de um certo momento, com os contactos todos com o Oriente, isto aqui era uma...

Uma plataforma cosmopolita...

Extraordinariamente cosmopolita, nesse sentido. E quando os portugueses vão para o Brasil, eles levam um pouco esse espírito de abertura. Mas então, como havia pouca gente para colonizar aquele país, porque a quantidade de terras descobertas por Portugal era tão grande que não tinha como colonizar tudo ao mesmo tempo, o Brasil ficou abandonado durante um certo momento, até 1530, por aí, quando se cria a capitania hereditária, quando Martim Afonso de Sousa chega para colonizar... Porque havia uma cobiça já muito grande por parte de outras potências. Com isso, então, o Brasil passa a ser colonizado de maneira mais sistemática. E aí, como não havia mulheres na colonização, porque não havia mulheres no reino, para levar, os homens que iam para essa aventura, eles se misturavam com as índias, inicialmente, e depois com as africanas que foram chegando no terrível tráfico negreiro que vai até ao século 19. Essa mistura inicial vai dar origem à base do povo brasileiro, que depois foi sendo enriquecida com outras etnias que foram surgindo. E hoje, claro, o Brasil é um país profundamente misturado, que não suporta a intolerância, no qual a abertura para o outro é total; ou seja, ao invés de rechaçar o diferente, ele o incorpora. E essa tem sido sempre a atitude do Brasil, esta voracidade com que devora o outro, o diferente... Não há estrangeiro que passe impunemente pelo Brasil. No sentido de que será sempre marcado e, se não tomar cuidado, é absorvido. Ora, isto é o traço distintivo, identitário, mais forte do Brasil.

Trata-se, portanto, de um processo de assimilação...

Totalmente! Não é de cooptação, como acontece noutros países, é de assimilação completa. Estamos falando de uma antropofagia cultural, da mesma maneira que os primeiros índios eram antropófagos e comiam lá o bispo Sardinha, que naufragou nas costas do Nordeste... (risos). Nós sabemos que a antropofagia era um ritual: o selvagem, ele não comia o outro porque estivesse com fome ou para fazer mal; ele comia simplesmente porque queria adquirir as qualidades do outro – um covarde jamais seria aceite, o que mostra o significado da antropofagia. Aliás, em 1922, quando se procura uma arte mais independente, mais voltada para dentro, um dos movimentos mais importantes dentro do Modernismo brasileiro chama-se Movimento Antropofágico, do Oswald de Andrade e do Mário de Andrade. A ideia era justamente absorver, assimilar e transformar – assimilar, não apenas engolir. E com isto você acaba transformando toda essa coisa que absorve numa outra coisa chamada Brasil. Essa, a meu ver, é uma ideia fundadora do Brasil, uma ideia seminal... Que mais nós estávamos falando?

Estávamos na questão da lusofonia...

Alusofonia, no caso do Brasil, leva em consideração tudo isto. Mas aconteceu também com os africanos. O facto de Moçambique ter 43 línguas e de em Timor-Leste apenas oito por cento falarem Português não tem importância, porque no fundo nós estamos falando de lusofonia, que não se confunde apenas com o número de pessoas que falam Português...

Tem um sentido mais lato, uma dimensão cultural...

Muito mais... Mesmo aqueles que não falam português, eles estão dentro dessa coisa. Então, eu acredito que a lusofonia seja algo muito claramente identificável, muito rico e que está em permanente evolução. O que vem dar sustentação à CPLP – na verdade, e não estou sendo original, a CPLP será uma espécie de moldura jurídico-legal para uma realidade pré-existente.

Pré-existente e abrangente. É também cultura, política, comércio...?

Economia, comércio, cultura. O carácter, o temperamento destes países. Tudo!

Ou seja, não faz sentido pensar num “projecto” de lusofonia.

Ela existe, é uma realidade. E temos como cimento uma coisa chamada língua portuguesa, que é a terceira mais falada no mundo ocidental, que é uma língua de cultura, que é uma língua extremamente rica.

Vou tentar uma provocaçãozinha: a CPLP não surgiu, também, para enquadrar politicamente o acordo ortográfico, para o validar?

Isso seria empobrecer de mais a CPLP. Ela é um organismo com todas as regras internacionais. E um organismo internacional não nasce para simplesmente acompanhar um acordo ortográfico, de menor importância neste caso. Não. O acordo ortográfico foi assinado em 1990, e a CPLP saiu em 96, só. Detalhe: um ano antes, em 89, o presidente Sarney convidou os presidentes e os chefes de governo de todos os países de língua portuguesa para uma reunião, e nessa reunião criou-se aquilo que viria a ser, de certo modo, o embrião da CPLP – o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, o famoso IILP, que nunca funcionou, que eu saiba. Mas a ideia de uma comunidade da lusofonia já vinha de há muito tempo. No começo do século 20,

existia já uma ideia de se fazer uma comunidade – luso-brasileira, porque eram os únicos países independentes que tinha naquele tempo. Foi necessário esperar a independência de todas as colónias para que voltássemos a ter uma comunidade. Não mais com Portugal funcionando como cabeça, mas com igualdade de condições. Apesar da grande assimetria que existe; apesar de termos o mais antigo Estado-Nação da Europa e o mais novo país da comunidade internacional; apesar de termos um país de 150 mil habitantes e outro de praticamente 200 milhões...

E como é que oito países de quatro continentes, sem contiguidade...

Não têm fronteira nenhuma uns com os outros, e isso é que é interessante.

... como é que surgem unidos? Tinha de haver um qualquer cimento, como referiu há pouco...

Exactamente. Então, essa questão da lusofonia é muito forte e nos une a todos. É uma realidade que não fomos nós que escolhemos – ela aconteceu, acontece todos os dias. A CPLP, sim, é escolha nossa. Foi uma decisão dos países darem um formato jurídico a esse convívio, a esse espaço, a esse universo. Cria-se então a CPLP, para tratar basicamente de três áreas. A primeira é a concertação político-diplomática. Se a gente for espiar o que aconteceu nesses 13 anos, vamos chegar à conclusão de que a CPLP tem sido extremamente benéfica para os países lusófonos como um todo. Porque tem sabido ser o elemento conciliador, mediador de crises político-institucionais em países de maior fragilidade política. Isso não aparece no jornal, normalmente, porque não é para aparecer; não tem sentido, é um lado mais diplomático...

A diplomacia também é segredo...

Exactamente.

... E o segredo é a alma do negócio...

É uma coisa mais subterrânea...

Mas funciona? Há redes efectivas de diálogo? Às vezes dá ideia que a CPLP é pouco visível...

Funciona... A CPLP é uma entidade metida com a mão na massa o tempo todo. Pouco visível, no sentido de que uma crise política nesses países, se fosse ao Conselho de Segurança, iam mandar um finlandês para tratar... Aqui não, é tudo entre nós; aqui há um jogo em que se percebe uma irmandade, uma solidariedade...

E sente-se, de facto, a importância da língua, da lusofonia, desse espírito?

Evidente. Deixa fazer um parêntese, e isto não é retórica: qualquer brasileiro que vá a Angola, a Moçambique... ele vai se sentir muitíssimo mais à vontade (e não é só pela língua) do que se estivesse em qualquer país vizinho na América Latina. Angola, por exemplo, teve contacto mais estreito como Brasil do que o contacto que havia entre Portugal e Brasil ou Portugal e Angola. Não esquecer que dos 5 milhões de escravos que foram para o Brasil, grande parte eram dessa região. Então, nós somos muito marcados por essa circunstância, somos muito africanos!

Passando a outra área da CPLP...

Aí temos uma área que está se desenvolvendo muito – a da cooperação, e não apenas técnica. Nós temos hoje uma infinidade de reuniões sectoriais, mas um dos problemas é justamente a falta de visibilidade. Acontecem muito mais coisas do que as pessoas imaginam, infinitamente mais...

Invisibilidade promovida, deliberada, estratégica?

Na verdade, a grande mídia dos nossos países não se debruçou ainda sobre isto. É um pouco falha nossa, também, essa coisa de não divulgar mais. A quantidade de reuniões na área da justiça, da defesa, do trabalho, meio ambiente, cultura, agricultura... Isso do ponto de vista oficial. Agora há o outro lado, que eu acho mais importante ainda, e que é a sociedade civil a se mobilizar cada vez mais. E aí, de repente você fica sabendo que tem um pessoal que resolveu fazer um festival de teatro da lusofonia; de repente, o Brasil tem o 3o festival de cinema dos países de língua portuguesa... Por aí, as coisas estão acontecendo. Interessante, muitas vezes, que isto é actuação não da CPLP, mas da lusofonia. O que eu estou achando muito bonito em tudo isso é que não tenha sido a CPLP a provocar ou a organizar.

Essas organizações trabalham directamente com a CPLP?

Não necessariamente. Algumas fazem parte de uma coisa nova na CPLP, que são os Observadores Consultivos. Há pouco tempo, no Brasil, havia uma só entidade que fazia parte desse quadro; aqui havia umas três ou quatro e África não tinha nenhuma. Há um tempo, eu acompanhei o secretário executivo numa viagem oficial ao Brasil, onde fizemos mais de 30 reuniões. Saiu muita coisa importante daquela visita, e uma delas foi a questão dos observadores – fomos explicar o que é, fomos conversar com as diversas universidades... E hoje, 30/40 já fazem parte. Só um parêntese: uma das coisas que saiu dessa viagem foi a ressurreição do acordo ortográfico... Estava mortinho, ninguém falava nele. Em Março de 2007, quando fomos visitar a Academia Brasileira de Letras, conversámos, entre outros assuntos, sobre o acordo ortográfico. E à saída, quando os jornalistas nos perguntaram o que tínhamos conversado, mencionámos o acordo ortográfico – também, né? Aí, os jornalistas começaram a perguntar, e a própria Agência Lusa fez uma entrevista conosco, lá. Claro que repercutiu aqui em Portugal, mas pouco, inicialmente. Aí, o «Jornal de Letras» fez uma matéria grande sobre o assunto e pediu a nove pessoas, oito portugueses e eu, para escreverem um artigo sobre o acordo. Fizemos e foi por aí que a coisa começou...

E hoje temos um problema “ortográfico”...

Não é mais problema. Hoje, já é solução, já é facto consumado. Apesar de todo o mundo ter o jus espemeandi, a verdade é que quem não estiver satisfeito com este acordo, tem que pensar em outro, porque este já vai estar em vigor.

OK. Retomando as áreas da CPLP...

A terceira é justamente aquela fundamental, que dá base às outras, é a promoção e defesa da língua portuguesa, ou seja, a área cultural. E essa é que não tem funcionado, ou tem funcionado mal, de uma maneira muito tímida... Porquê? Porque se atribuiu ao IILP a tarefa de levar isto adiante, mas nunca se lhe deu os meios necessários. Eu estou dizendo isso há muito tempo, mas hoje na CPLP todo mundo reconhece que o IILP é um fracasso – só que eles demoraram mais a aceitar o que eu estou dizendo: o IILP é um fracasso porque nós fizemos dele um fracasso; porque nunca lhe demos os meios necessários, nem materiais, nem humanos, nem financeiros... Nem sequer uma estratégia de actuação.

Mas é um instituto com muito peso?

Deveria ter, mas não tem nenhum.

Um organismo do tipo Instituto Camões?

De jeito nenhum. É outra filosofia. Deveria ser um centro de reflexão sobre a língua portuguesa, de irradiação das ideias ali gestadas. Por exemplo, no caso do acordo ortográfico, o que é que o IILP fez? Nada. O que é que o IILP fez até agora sobre o vocabulário ortográfico da língua portuguesa? Zero. E ele é justamente o Instituto Internacional da Língua Portuguesa... Mas agora, com a presidência portuguesa da CPLP, as coisas estão mudando. De tal maneira que – também essa foi uma batalha nossa – a própria escolha do director, do quadro técnico do IILP, não pode mais ser feita por indicação dos países, politicamente e em bases rotativas, como tem sido feito até hoje. De acordo com o que vai ser, a escolha do director-geral e do corpo técnico se fará por concurso público internacional – exactamente como a escolha do director-geral e dos directores de cada uma das áreas.

Já agora, em termos culturais, como estão as relações entre Portugal e o Brasil? Em tempos falava-se de défice português na balança de trocas musicais, por exemplo, ou televisivas...

Se de um lado, a cultura pode ser vista como um produto, uma mercadoria, por outro lado, a meu ver, é uma mercadoria muito especial, muito peculiar. Se, por exemplo, um país consome muito mais a música de outro país, é porque acha aquela música melhor – e a música brasileira é cantada no mundo inteiro, tem uma presença muito forte. Aqui, é natural que seja mais forte ainda, por causa da língua e das afinidades todas. Por outro lado, a música brasileira é muito diversificada, tem ritmos diferentes, enquanto a música portuguesa é um pouco mais restrita, pelo menos o fado. Ora, o fado não é muito o género de música do brasileiro – eu gosto, mas o povoão todo gostar é mais difícil, sobretudo se não se faz um movimento maior. E quem faz esses movimentos são os empresários, as televisões. É a sociedade civil. Se eles perceberem que há um tipo de música que pode agradar no Brasil, a minha ideia é que as televisões vão tratar de propagandear e abrir caminho.

Mas a eventual dificuldade de penetração dos produtos, a falta de incentivos para a constituição e circulação de embaixadas culturais, não são também responsáveis?

Sim, sim... E a meu ver, o incentivo deve ser dado sempre. Se eu aço uma programação cultural para o ano inteiro, os custos serão cobertos por verbas oficiais, do departamento cultural do Ministério dos Negócios Estrangeiros – portanto, é uma coisa subsidiada, é um incentivo. Agora, evidentemente, eu jamais vou colocar no meu programa um show do Chico Buarque ou da Ivete Sangalo. A minha verba é deste tamanho e eles não precisam, já estão dentro dos grandes canais de comercialização. Os incentivos oficiais foram feitos justamente para aqueles que têm muito talento, mas não têm tanta visibilidade. Então eu trago aqui, por exemplo, Roberto Corrêa, um instrumentista extraordinário, unanimemente considerado o mais importante cultor da viola caipira (antiga viola portuguesa) no Brasil e que deixou todo o mundo exaltado. Coisa maravilhosa, poder dar a conhecer um sujeito que tem esse nível e que, se não fosse assim, não estaria circulando. E assim eu tenho feito a vida inteira.

É assim, também, com o seu projecto Solo Brasil?

Solo Brasil já esteve em 20 países, Portugal inclusive, e onde vai é uma coisa absolutamente louca. Obviamente, se tivesse um cantor pop star, custaria cinquenta vezes mais. Mas Solo Brasil é o oposto do estrelismo, porque a grande estrela do projecto se chama música brasileira, e você tem ali uma plêiade de músicos de primeiríssima ordem a serviço da música brasileira – não ao serviço de seu repertório, do seu disco, das suas preferências... Solo Brasil exige uma humildade muito grande por parte desses caras todos que participam, que são figuras fantásticas, que têm carreiras próprias. Solo Brasil é uma espécie de selecção que, num momento determinado, é convocada para apresentar Uma Viagem Através da Música do Brasil; é a história da música brasileira, mostrada, interpretada, cantada, explicada, vista. E isto merece ser patrocinado, promovido, incentivado.

Voltando ao acordo, que entrou em vigor em Janeiro...

Gostaria de dizer só duas coisas, porque desde que cheguei aqui eu falo sobre essa questão. Primeiro, estamos diante de um facto consumado: Portugal

já adoptou, e em seis anos tem que estar tudo pronto; o Brasil já adoptou, e em 2011 estará tudo pronto; dos restantes países, apenas Angola e Moçambique não o fizeram, mas não vão demorar muito, evidentemente; quando não, ficam muito isolados nessa história. Depois, eu já me recuso a discutir os acertos e os equívocos do acordo ortográfico em termos técnicos, porque acho que é uma coisa também in fieri – futuramente, você pega uma regra e muda, se todos estiverem de acordo. Não tem problema nenhum.

A tendência é, portanto, simplificar...

Claro! A língua é um animal vivo, ela evolui e, por isso, se nós tomarmos as modificações que se observam na língua portuguesa a partir da ortografia, em quatro séculos, são muitas. Mas nada disso vai matar a língua, né? Na verdade, há muito mais diferenças fonéticas entre os nossos países do que ortográficas. O brasileiro, ele tem uma fonética absolutamente aberta, pronuncia as palavras de uma maneira aberta. Isto tem uma explicação: quando os portugueses chegaram ao Brasil, em 1500, encontraram milhões de pessoas morando lá, eram os índios. Atribuo que habitava as costas do Brasil eram os tupis, e a língua tupi é uma língua absolutamente aberta, vocálica. E quando os portugueses chegaram, os nomes, ou melhor, a toponímia estava feita: aquela lagoa tinha um nome, aquela montanha tinha um nome, tudo tinha um nome – nomes tupis. Então, a pronúncia nossa é muito mais aberta.

Ainda o acordo: a polémica não terá a ver, também, com o facto de os linguistas se sentir, de certa forma, posta à margem?

Vou lhe contar um caso. Desde 1911, foram feitos todos os esforços para corrigir uma anomalia: haver dois países só de língua portuguesa. Portugal fez uma bela reforma, profunda, mas tem um problema: não consultou o Brasil, e o Brasil não participou. O Brasil começou então fazer uma série de pequenas reformas internas para ir tentando acompanhar, porque Portugal estava com uma língua, com uma ortografia moderníssima. Assim começou a fazer um esforço, também unilateral, interno, para poder se adaptar à nova situação. E também houve várias tentativas para se reunificar aquilo que foi unido no passado. Amais importante foi a de 1943-45. Depois, o Brasil fez outras reformas internas, nos anos 70. Até que, em 1986, os filólogos, gramáticos, escritores, as academias dos nossos países, se juntaram em Lisboa para negociar um acordo. Nesse tempo, o António Houaiss apresentou um projecto considerado pelos portugueses como demasiado avançado. E então esse acordo foi fulminado. Depois, os portugueses apresentaram uma contraproposta, um anteprojecto novo – novo, a partir do texto do Houaiss – que foi discutido e aprovado em 1990. Ou seja, o texto do acordo ortográfico é português, e é bom que os portugueses saibam disto.

Fica o recado...

Então, quando o senhor Vasco Graça Moura tem a coragem de chegar na Assembleia da República e dizer que isso é invenção de brasileiro para “passar a perna” na língua portuguesa e nós portugueses e se apropriar da língua, isso é de um grotesco, de um ridículo, que não tem tamanho! O Brasil nem tinha que se preocupar, porque, afinal, com o tempo, seria a ortografia em uso lá que iria prevalecer no resto do mundo – o universo de lusófonos é de 240 milhões de pessoas, só que a gente esquece que de cada cinco pessoas que falam Português, quatro são brasileiras!

No exacto momento em que a cassete fazia inversão de marcha no interior do velhinho gravador, o embaixador dava conta dos seus interesses pessoais. A par da experiência nas áreas da Economia, Gestão, Consultoria e, obviamente, das Relações Internacionais, Lauro Mbreira, como já se percebeu, professa a lusofonia (he has a dream: a Casa da Lusofonia) e tem como hobby a cultura: teatro, cinema, fotografia, divulgação literária...

Eu sempre me envolvi muito na área económica, mas nunca deixei de estar visceralmente ligado à área cultural. Convivi com grandes personalidades da cultura brasileira. Muito jovem, fui amigo de figuras queridas, como Manuel Bandeira, que foi meu padrinho de casamento, e Clarice Lispector a madrinha. Fui casado durante 17 anos com uma das grandes figuras da poesia brasileira, que é Marly de Oliveira, falecida já... Drummond, Houaiss, Aurélio Buarque de Holanda, Cecília Meireles – eu conheci tudo, fui um privilegiado nesse aspecto. Então, a cultura para mim...

Aconteceu-lhe em termos profissionais?

Em termos profissionais, apenas conheci o João Cabral de Melo Neto, que era diplomata como também o Guimarães Rosa, mas esse eu o conheci antes de entrar para o ministério, porque eu fazia teatro e montei uma peça que era a dramatização de um conto dele. Desse ponto de vista, repito, eu fui um privilegiado, porque no Rio de Janeiro tive contacto com essa gente toda. Agora, a partir do momento em que eu entro para o ministério, vou fazer aquele caminho que pode ser tanto da área política, da económica como da cultural. Eu fiz as três, claro, mas os meus primeiros anos foram na área económica, inclusive em Genebra. Trabalhei muito tempo com o GATT [General Agreement on Tariffs and Trade – Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio]. Mas a verdade é que a questão cultural sempre esteve dentro de mim: quando saía, ia tratar de fazer uma filmagem qualquer, escrevia, passava noites inteiras montando os meus filmes... Nunca me afastei um minuto sequer dessa área, e a partir de um certo momento, resolvi juntar as coisas e comecei então a trabalhar na área cultural. Eu acredito nisto, acredito muitíssimo na cultura como um instrumento-chave, decisivo também para a diplomacia. Acredito na cultura como elemento fundamental para todo o tipo de relacionamento entre países – porque não existe relacionamento entre países, em abstracto; existe entre pessoas de países diferentes.

Como disse há pouco, não estará a fazer falta tornar estes organismos uma coisa mais dos cidadãos?

Mas isso é o grande desafio. A meu ver, a CPLP se realizará um dia em que tivermos menos uma comunidade de países membros e mais uma comunidade de cidadãos lusófonos. Lógico que os Estados têm sempre os aspectos políticos, mas o que interessa é o relacionamento entre os membros da sociedade, entre os cidadãos. Curiosamente não falamos sobre isso, mas veja que entre as três áreas da CPLP eu não citei a económica.

E reparei que também não citou a educação...

Não, mas ela está na terceira área, ou até na segunda. A economia eu não citei porque não está entre as áreas da CPLP. Porque ela não é um organismo económico, nem de comércio internacional, não é um organismo que vá discutir tarifa... A CPLP não é nada disto!

Mas na área da educação, há projectos previstos ou em curso?

Vou lhe dar um exemplo. O presidente Lula decidiu, há um ano e meio, criar a Universidade Luso-Afro-Brasileira. Essa universidade vai entrar em funcionamento em 2010, ainda. É uma universidade criada para África, fundamentalmente, e para a lusofonia; uma universidade que terá 50% das vagas reservadas para os países africanos e 50% para o Brasil, porque o que interessa é a integração. O corpo docente será todo ele dos nossos países, Portugal inclusive. Vai funcionar na cidade Redenção, no Nordeste – uma escolha com sentido simbólico, porque foi a primeira cidade brasileira a libertar os escravos. Esse projecto está sendo levado adiante por uma pessoa escolhida a dedo pelo presidente, que é o Paulo Speller, antigo reitor da Universidade de Mato Grosso e que trabalhou muitos anos em Moçambique. As disciplinas são todas voltadas para os interesses da África, e há a ideia de os alunos completarem o último ano no país de origem, num campus avançado, para evitar essa de terminar o curso e ficar.

E não tem currículos clássicos, tipo engenharia, medicina, direito?

Tem sobretudo a ver com agricultura, zootecnia, construção civil; deve ter informática... Mas não tem direito; medicina, muito provavelmente, não terá no primeiro momento, mas vai ter enfermagem, seguramente.

Portanto, na sua opinião, a CPLP está a mexer?

Eu sou optimista com relação à CPLP. Não é um optimismo descabido e sem base, não. Eu conheço os obstáculos todos, eu sei das dificuldades todas, eu sei que há uma tendência para, por exemplo, se privilegiar o bilateral em detrimento do multilateral. Portugal gosta muito mais de fazer coisas directamente com cada um dos países do que fazer com a CPLP – e o Brasil também. É mais fácil, muito mais directo. Mas tem uma coisa, só aquele país se beneficia daquele projecto.

A diplomacia é arte de consenso ou de convencimento?

Não se consegue o consenso sem convencimento... Eu acho que é do convencimento, sim. Do convencimento no sentido de procurar colocar uma questão que leve a outra parte a acreditar que você está certo, que o seu caminho é o adequado. Mas o consenso só pode ser obtido a partir do momento em que haja um certo nível de abdicção por parte de cada um. Se eu só tento vencer e ponto final, então não vou ter nenhum consenso. Já agora, aproveito para falar sobre uma das coisas bonitas da CPLP, e que ao mesmo tempo é uma das que mais dificulta o nosso dia-a-dia. Tudo na CPLP se decide por consenso. Portanto, todos nós somos responsáveis por qualquer decisão que se tome. Mas a decisão é uma coisa – na sua implementação, evidentemente, cada um tem um ritmo diferente. E então nós temos que nos adequar a cada situação.

E há dificuldades específicas...

Há projectos que se arrastam há anos. Portugal e Brasil contribuem muitíssimo. Quer dizer, somos todos iguais em termos de direitos e deveres, mas na questão da contribuição, claro, contribui-se na medida das possibilidades dos países. Há uma média ponderada e, grosso modo, podemos dizer que Brasil e Portugal aguentam com praticamente 70%. Angola, que é um país rico, continua se comportando, de certo modo, como um primo pobre, quando já podia estar assumindo muito mais responsabilidades. Outros, como S. Tomé e Príncipe, só podem contribuir com uma coisa muito modesta. É um país que vive muito em função da cooperação, que tem dificuldades financeiras muito grandes. Por exemplo, não dá para mandarem uma pessoa a uma reunião a Lisboa ou no Rio de Janeiro. Então, nós é que asseguramos: Portugal paga parte das passagens de cada vez que eles vêm aqui, e o Brasil paga quando eles vão lá... Como agora. De 25 a 31 de Março, vai haver uma grande conferência internacional sobre os destinos da língua portuguesa no mundo. O Brasil está convidando e pagando tudo para uma quantidade muito grande de autoridades, professores, etc.

Essa reunião cabe no âmbito do Plano Estratégico de Gestão da Língua?

Não, isso deve ser o plano do ILLP. De qualquer maneira, nós vamos discutir o ensino da língua no mundo, o acordo ortográfico, a inserção do Português como língua de trabalho nos organismos internacionais. Tudo isto vai ser discutido, e de uma maneira muito pragmática – a ideia é fazer documentos dizendo já o que tem de ser feito, concretamente. Por isso, acredito que a coisa vai funcionar. Pena que eu estou indo embora agora, mas acho que contribuí modestamente para isto...

